Estratégias de recuperação e o seu desfecho em desenvolvimento.

Conforme vimos, a crise do século XIV compôs-se pelo conjunto dos períodos de fome, pela peste negra e outros surtos epidémicos, bem como pelos conflitos bélicos resultantes da Guerra dos 100 anos, alastrados a vários países europeus. A princípio provocaram uma recessão geral, porém, como em qualquer momento de crise, a sociedade vê-se obrigada a encontrar novos recursos e mecanismos de sobrevivência que derivam, inevitavelmente, na continuidade do seu desenvolvimento e evolução.

Em termos práticos e sucintos indicam-se algumas das estratégias de recuperação. No domínio fiscal, verificou-se a implementação de soluções sobretudo nos meios rurais, onde os senhores recorreram ao aumento de impostos e obrigações sobre os servos (caso que não obteve uma resposta pacífica), no plano administrativo, conforme sucedeu nas urbes e nos governos das cidades, procuraram reorganizar-se, especializar-se e fixar funcionários, no plano político e social, também se verificaram reajustes de estatuto e funções, e ao nível do comércio, este estava cada vez mais orientado para a novidade de mercados, de produtos e de estratégias cada vez mais complexas.

No meio rural, as revoltas dos camponeses fracassaram e foram duramente reprimidas, mas conquistaram o refreio da reacção senhorial. As acções contra os servos em Inglaterra diminuem depois de 1381. A servidão é progressivamente esquecida, e, ao longo do século XV, os senhores moderam as suas exigências. A produção agrícola também acabou por aumentar.

Quanto às urbes, o crescimento das cidades e o desenvolvimento das suas formas de governo devem-se, em muitos casos, aos avanços no comércio, especialmente das comunidades mercantis do norte da Itália e da Hansa alemã, tendo sido de extrema importância para conquistar a independência do esquema senhorial.

Quanto às elites, a nobreza transforma-se, pois, o estatuto passa a ser concedido por nomeação real, a sua importância no exército declina em detrimento do aparecimento da infantaria, e surge uma nova nobreza de natureza judicial. No tocante aos grandes burgueses, estes souberam quase sempre conservar o controlo, se não das instituições municipais, pelo menos dos processos económicos.

Relativamente ao comércio, a melhoria da qualidade e segurança dos meios de transporte e

a sedentarização do mercador, beneficiaram as trocas comerciais e deram margem à organização de monopólios. Aparecem sociedades que possuem sucursais, que estavam dispersas por várias cidades europeias, e das quais foi exemplo a companhia florentina dos Peruzzi (1275-1343), cujo capital era providenciados pelos membros da companhia. Já os mercadores de menor envergadura recorreram à activação de uma rede de correspondência que tinha por base as relações pessoais. Entretanto dá-se a substituição das sucursais por filiais independentes, o que, em caso de falência, evitava o declínio de toda a rede.

A complexificação da rede derivou no desenvolvimento de técnicas de gestão, como a ligação a uma rede de referências que lhe transmitissem informações relevantes, composta por correspondentes, corretores, directores de sucursais ou de filiais trocando cartas de negócios que contêm as novidades importantes e que terminam em geral com a cotação das moedas. Introduziu-se a escrituração e contabilidade, e apareceram as letras de câmbio (primeiro exemplar consta de 1291). Estas são o antepassado do papel-moeda e vieram suprimir as transferências em numerário, caso útil sobretudo num período de constantes mutações monetárias.

Neste século dá-se também o aperfeiçoamento da navegação com a introdução do leme axial (que substitui o leme lateral), tornando os navios mais manejáveis, a especialização das frotas, a diversificação da actividade do mercador, o surgimento e desenvolvimento da marinha portuguesa, galega, basca, bretã e inglesa, a introdução da caravela, capaz de suportar maior número de velas, e consequente desenvolvimento de rotas de longa distância, e o desenvolvimento dos portulanos, ou ligação dos portos por eixos dispostos em estrela, “os rumos”.

Através desta busca por soluções e pela sobrevivência, conquistaram-se direitos, readequaram-se estatutos, melhoraram os meios de transporte, os preços tornaram-se mais acessíveis, as normas das cidades manufactureiras flexibilizaram-se, dinamizaram-se os produtos e actividades económicas em várias regiões, introduziram-se inovações tecnológicas e desenvolveram-se novos métodos de resposta à crise.

Bibliografia

NICHOLAS, D. (1999). A reorientação económica e crise social na baixa Idade Média. In *A Evolução do Mundo Medieval. Sociedade, governo e pensamento na Europa: 312-1500*.

Lisboa, Publicações Europa-América.